Acordo para endividados aderirem

por Reginaldo Heller
do Rio

Os bancos brasileiros, privados ou oficiais, com agências no exterior e que tenham em carteira títulos da dívida argentina, chilena, mexicana ou venezuelana terão de participar também dos empréstimos destinados à rolagem da dívida externa destes países. Essa foi a condição negociada pelo Banco Central para que os bancos estrangeiros participem do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões. Embora, até ontem, este total não tivesse sido alcançado, informações de fontes bancueiras confirmavam que a assinatura do contrato deverá ocorrer na próxima semana, "nem que para isso os grandes bancos rateiem entre si a pequena diferença que eventualmente ocorrer", afirmou uma destas fontes.

Alguns bancos estrangeiros americanos e as instituições financeiras do Oriente Médio eram os únicos que ainda resistiam ao esforço concentrado de convencimento feito, à última hora, por Affonso Celso Pastore, presidente do

Banco Central, alternadamente com William Rhodes, do Citibank, presidente do comitê de assessoramento da dívida externa.

Esse esforço envolveu contatos insistentes com as autoridades de diferentes países, cujo poder de influência sobre os bancos privados era decisivo. Este foi o caso dos bancos japoneses que, somente aderiram ao "jumbo" após o aval do ministro da Fazenda daquele país; e também dos da Inglaterra, após o apoio manifestado pelo Banco da Inglaterra, cuja política difere sensivelmente da postura adotada pelo governo da primeira-ministra Margareth Thatcher.

O pacote, contudo, será acertado com alguns contornos sujeitos a compromissos apenas informais ou verbais. E o que deve ocorrer com o projeto 4 dos financiamentos interbancários, cujo comprometimento formal, por parte dos bancos privados, não atingiu, ao menos até ontem, a meta fixada anteriormente de US\$ 5,7 bilhões. Muitos bancos concordaram em manter fluxos de crédito no curto pra-

zo, mas preferiram não assinar nenhum contrato neste sentido.

A idéia original de William Rhodes era estender os prazos destes financiamentos, de uma semana para até um ano, de resto frustrada pela resistência dos bancos credores. Contudo, parece haver um certo alívio no mercado interbancário, pois as contas do Banco do Brasil — o mais vulnerável de todos, devido à ação passada de financiamento dos déficits de caixa do Banco Central — estão, hoje, segundo as mesmas fontes, saneadas. O mesmo ocorre com a Petrobrás, a sem mais títulos comerciais carentes de lastro.

Uma das dificuldades encontradas na formalização dos contratos para o proje-

to 3 (crédito comercial) e 4 (interbancário) foi o compromisso do Banco Central de não desviar recursos destas duas linhas para financiamento de seus déficits de caixa. Também, as agências governamentais de crédito preferiram, com exceção do Eximbank norte-americano, evitar qualquer compromisso formal, embora manifestassem seu apoio à integralização do projeto global de empréstimos às importações brasileiras, no valor de US\$ 2,5 bilhões.

Segundo explicou uma fonte com fácil acesso ao "advisory committee", a principal razão para a demora no fechamento no pacote foi o pouco interesse da grande maioria dos bancos norte-americanos e de

outros países em participar da operação.

A fase três deverá ter início apenas no segundo semestre deste ano, pois, segundo os cálculos do Banco Central (BC), com o controle das operações de câmbio (dosadamente descentralizadas) e o superávit comercial de US\$ 9 bilhões, muito dificilmente será preciso obter recursos adicionais para este ano. Ao contrário, Affonso Celso Pastore acredita mesmo poder fechar o ano com um saldo de reservas cambiais próximo a US\$ 1 bilhão.

Na projeção da renegociação futura da dívida externa brasileira, o presidente do BC e o "advisory committee" não imaginam ser possível uma negociação de prazo mais longo.

Há, apenas, a hipótese de, no eventual desempenho satisfatório da política econômica brasileira, refinar a dívida num único pacote e de maneira mais simplificada mas por somente dois ou três anos. Os volumes, contudo, não foram ainda quantificados. Com a liberação imediata dos recursos negociados, agora, de US\$ 3 bilhões aproximadamente para pagamentos de atrasados comerciais e financeiros, vencidos desde outubro do ano passado (já foram pagos todos os atrasados até o último dia 4 de outubro, e parte até o dia 19 de outubro), as contas externas do País voltam a zerar. As próximas liberações ocorrerão trimestralmente, em cerca de US\$ 850 milhões.